



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO
DILMAR LOPES CAMERINO
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS
EDUARDO BARROS MALHEIROS
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FÉLIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
DILMAR LOPES CAMERINO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
WALBER VALENTE DE LIMA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
EDUARDO BARROS MALHEIROS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
ANTONIO JORGE SODRÉ VALETIM DE SOUZA
DIRETOR DO 1º CAO
UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS
DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
DIRETOR-GERAL
EVELINE RODRIGUES DE SOUZA
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
JOSÉ GAMA FILHO
DIRETORA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA
DIRETOR DE PESSOAL
OTÁVIO LESSA SARMENTO



MP Notícias

Publicação da Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Alagoas Tel.: 3326-8229



Convocação

O Ministério Público de Alagoas convocou, nesta segunda-feira, procuradores e promotores de Justiça para participar de reunião com o objetivo de discutir e elaborar um plano de ação em defesa da saúde. A reunião acontece das 9 às 12 horas, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.

Em apuração

O MP alagoano solicitou, na última quinta-feira, exame de corpo de delito em portadora de necessidades especiais, vítima de estupro, seguido de aborto provocado. Também foram solicitados exames periciais do feto (de cinco meses) retirado sem o consentimento da vítima. Os dois crimes, segundo familiares da vítima, teriam sido praticados por um enfermeiro do Centro de Atenção Psico-Social (CAPS) do município de Anadia. De acordo com a promotora de Justiça Marluce Falcão, caso o feto já tenha sido sepultado, o MP irá solicitar exumação para que seja realizado exame de DNA. O suposto agressor pode ser condenado até 20 anos de prisão, se comprovados os crimes de estupro (art. 213 do Código Penal) e aborto provocado (art. 125 do CP).

Combate à dengue

As promotoras de Justiça Micheline Tenório (Saúde), Cecília Carnaúba (Fazenda Estadual) e Dalva Tenório (Meio Ambiente) reuniram-se, na última quinta-feira, com líderes comunitários para pedir apoio no combate à dengue. A audiência pública aconteceu no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. As promotoras de Justiça pediram que os líderes difundissem informações sobre o combate a dengue nas suas respectivas comunidades. Elas também alertaram que o decreto municipal, publicado e já regulamentado, dá poder de polícia aos agentes de saúde que forem impedidos de entrar nas residências. "A idéia é educativa. No dia 26, vamos realizar uma audiência com os 115 moradores resistentes à entrada dos agentes de saúde. Depois de quatro tentativas, se ainda houver resistência, o agente entrará com um policial e um chaveiro no imóvel fechado com ou sem o morador para que se faça o trabalho de combate à dengue. É uma questão de saúde pública", explicaram.

Animais de tração

O Ministério Público Estadual deu um prazo de 60 dias para a Prefeitura de Maceió realizar o recadastramento dos animais de tração. O levantamento foi solicitado ao pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), que ficou responsável também pelo diagnóstico da situação dos animais cadastrados. "O importante é que esse levantamento seja feito, porque não sabemos nem quantos animais circulam na cidade, como poderemos traçar política públicas para eles e seus proprietários", afirmou a promotora de Justiça Dalva Tenório, titular do Núcleo de Meio Ambiente do MP. A audiência, que aconteceu na última terça-feira, também contou com a participação do promotor de Justiça Alberto Fonseca, da Promotoria Coletiva Especializada do Meio Ambiente; da SMTT, Ivan Vilela; do coordenador do CCZ, Carlos Eduardo da Silva.

Procuradoria-Geral de
JUSTIÇA
DIRETORIA GERAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO, DR. DILMAR LOPES CAMERINO, NESTA DATA, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc.: 2.540/07
Interessado: Dr. Marcus Aurélio Gomes Mousinho, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.554/07
Interessado: Dr. Andreson Charles Silva Chaves, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.556/07
Interessado: Dra. Martha Bueno Marques Pinto, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.566/07
Interessado: Dr. Maurício Amaral Wanderley, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.699/07
Interessado: Corregedoria-Geral da Justiça.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Lavre-se portaria designando o Dr. Tácito Yuri de Melo Barros. Após, archive-se.
Proc.: 2.726/07
Interessado: Dr. Eládio Pacheco Estrela, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo diárias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Após, archive-se.
Proc.: 2.801/07
Interessado: Dra. Fernanda Maria Moreira de Almeida, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerendo férias.
Despacho: Defiro à vista da informação anexa. À DP para anotar. Após, archive-se.
Proc.: 2.826/07
Interessado: Dr. Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo licença médica.
Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. Encaminhe-se à DP para anotar. Após, archive-se.
Proc.: 2.837/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente
Assunto: Requerendo publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À DG para as providências cabíveis. Após, archive-se.

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. NELSON TENÓRIO SOBRINHO, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc.: 2.819/07
Interessado: Dr. Carlos Tadeu Vilanova Barros, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Em face da identidade de objeto, apense-se ao Proc. PGJ nº 3.490/06.
Proc.: 2.823/07
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Municipal
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Remetam-se os presentes autos à 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Atribuição Mista.
Proc.: 2.825/07
Interessado: 15ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.
Proc.: 2.827/07
Interessado: Defensoria Pública/AL.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc.: 2.830/07
Interessado: Cristina Rodrigues Lessa e outros.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhem-se os autos à Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal.
Proc.: 2.841/07
Interessado: Lucas Barros Pituba de Carvalho, Funcionário desta Procuradoria-Geral de Justiça.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Encaminhe-se à Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor.

A DIRETORA-GERAL DESTA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, DRA. EVELINE RODRIGUES DE SOUZA, DESPACHOU, POR DELEGAÇÃO, NESTA DATA, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc.: 2.835/07
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerendo providências.
Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.
Proc.: 2.836/07
Interessado: Diretoria Administrativa.
Assunto: Requerendo autorização.
Despacho: À DPO para informar. Após, à DCF para as providências cabíveis.
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 09 de novembro de 2007.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Assessor Técnico/Diretoria Geral

PORTARIA nº 722, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 15/96, resolve designar o Dr. TÁCITO YURI DE MELO BARROS, 1º Promotor de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, para sem prejuízo de suas atuais funções, responder pela Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes, de 1ª entrância, até ulterior deliberação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA nº 723, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, em exercício, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar sem efeito a portaria nº 720/07, que suspendeu por absoluta necessidade de serviço, as férias do Dr. MÁRIO AUGUSTO SOARES MARTINS, Promotor de Justiça de Porto de Pedras, de 1ª entrância.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA nº 724, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, em exercício, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO, 4º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 148,50 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 742,50 (setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Maceió, nos dias 02, 09, 16, 23 e 30 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante o 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada do Controle Externo da Atividade Policial e Investigações Especiais, de 3ª entrância, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA nº 725, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, em exercício, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ELÁDIO PACHECO ESTRELA, 3º Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), perfazendo um total de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Pilar, nos dias 03, 04, 11, 18 e 27 de setembro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante a Promotoria de Justiça de Pilar, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA nº 726, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, em exercício, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. MAURÍCIO AMARAL WANDERLEY, 2º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 148,50 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 742,50 (setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Santana do Ipanema, nos dias 03, 04, 11, 18 e 25 de setembro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante a 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, correndo a despesa por conta da verba 03004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA nº 727, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor do Dr. ANDRESON CHARLES SILVA CHAVES, Promotor de Justiça de Campo Alegre, de 1ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 133,65 (cento e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Maceió, nos dias 05, 09, 16, 23 e 30 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante o 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Criminal - Infrações do Trânsito, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA nº 728, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, em exercício, usando de suas atribuições legais e na forma do artigo 59, inciso V da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve conceder em favor da Dra. MARTHA BUENO MARQUES PINTO, 2ª Promotora de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, 05 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 148,50 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 742,50 (setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em face da despesa com seu deslocamento à cidade de Piranhas, nos dias 01, 08, 15, 22 e 29 de outubro do corrente ano, para desempenhar funções ministeriais perante a Promotoria de Justiça de Piranhas, correndo a despesa por conta da verba 030004, categoria econômica 339014 do orçamento vigente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA nº 729, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DE ALAGOAS, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 15/96 e em atendimento ao pedido formulado no ofício CJI nº 340/2007, de 08 de novembro de 2007, resolve designar a Dra. VIVIANE SANDES DE ALBUQUERQUE, 11ª Promotora de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para funcionar como representante do Ministério Público no evento "Justiça Itinerante" - Casamento Coletivos, a realizar-se no dia 12 de novembro do corrente ano, na Igreja Adventista do 7º Dia, situada na rua Santa Rita, nº 120, Bairro: Clima Bom I, nesta Capital, no horário das 8:00 às 17:00h.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

DILMAR LOPES CAMERINO
Procurador-Geral de Justiça Substituto

PORTARIA 1º CPDA Nº 03/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente e da Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público, em face de informações levadas a efeito através de decisão do Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, publicada no Diário Oficial do Município do dia 8 de novembro de 2007 (fls. 3), onde consta que o Clube de Regatas Brasil foi autuado, no bojo do Processo nº 2232/07, por falta de autorização ambiental nos termos do art. 34, I da Lei nº 4.548/96, bem como pela emissão de ruídos acima dos padrões preconizados pela legislação ambiental, e;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a poluição sonora - causada pela emissão de ruídos acima dos padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Norma Brasileira Regulamentar (NBR) 10.151 - provoca perturbação da saúde mental, ofendendo o meio ambiente e, conseqüentemente, afetando o direito difuso e coletivo. "à medida em que os níveis excessivos de sons e ruídos causam deterioração na qualidade de vida, na relação entre as pessoas, sobretudo quando acima dos limites suportáveis pelo ouvido humano ou prejudiciais ao repouso noturno e ao sossego público, em especial nos grandes centros urbanos";

CONSIDERANDO a exigência legal de Autorização Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 134 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de posse de informações que possam autorizar a tutela dos interesses e direitos difusos ou coletivos - in casu, a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações -, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

RESOLVE:

Com espeque no art. 2º, § 4º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar o presente

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO,

promovendo as diligências necessárias para a complementação das informações, passando a adotar as seguintes providências:

1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;

2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem

assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;

3 - solicitação ao Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente de cópia, por todo teor, do Processo SEMPMA nº 2232/07;

4 - juntada aos autos da decisão do Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, publicada no Diário Oficial do Município do dia 8 de novembro de 2007 (fls. 3);

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 8 de novembro de 2007.

DALVA VANDERLEI TENÓRIO
Promotora de Justiça
Coordenadora do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente
1º CAO - MP

ALBERTO FONSECA
Promotor de Justiça
1º Cargo - PJCEDMA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas torna pública as promoções de arquivamentos formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias abaixo identificadas, dos seguintes processos:

1-Processo nº 3.047/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Não encaminhamento da Secretaria Municipal de Construção da Infra-Estrutura de Maceió ao Vereador Marcos José Alves, de cópia de contrato celebrado, para construção de passagem de nível no Bairro do Farol, nesta Capital.
2-Processo nº 3.046/2006
Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal.
Assunto: Não encaminhamento da Secretaria Municipal de Educação de Maceió ao Vereador Marcos José Alves, de cópia de contrato de aquisição desta Secretaria de terreno localizado no Bairro de Jacintinho, nesta Capital.
3-Processo nº 2.467/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Análise de denúncia sobre possível atraso da Secretaria Municipal de Educação de Maceió nos pagamentos de seus estagiários.
4-Processo nº 2.964/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Análise de denúncia de Marly Maria de Moura Cardoso e outros sobre a transferência de seus filhos, em pleno ano letivo, da Escola Jorge de Lima.
5-Processo nº 885/2007
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital.
Assunto: Denúncia de Daniel Lourenço de Gouveia sobre possíveis irregularidades nos índices de emissões sonoras e outros danos de uma serraria, localizada no Bairro do Farol, nesta Capital.
6-Processo nº 913/2007
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Meio Ambiente da Capital.
Assunto: Denúncia de Henrique Costa Cavalcante sobre possíveis irregularidades nos índices de emissões sonoras do estabelecimento "Socó Sereno", localizada no Bairro de Pajuçara, nesta Capital.
7-Processo nº 1.113/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Denúncia de cidadãos acerca da não entrega da Prefeitura de Maceió de cópia de contrato de licitação firmado com agências de publicidades.
8-Processo nº 3.477/2006
Origem: Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio.
Assunto: Representação de Antônio Vilas Boas Souza em desfavor de Adriano Santos, em razão deste ter, possivelmente, cometido crime contra a honra.
9-Processo nº 3.476/2006

Origem: Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio.
Assunto: Possíveis irregularidades na contratação de servidores da Prefeitura Municipal de Porto Real do Colégio.
10-Processo nº 3.049/2006
Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal.
Assunto: Não encaminhamento da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Maceió ao Vereador Marcos José Alves, de quantitativo dos valores arrecadados em decorrência das taxas e multas aplicadas, bem como as formas como estão sendo aplicadas.
11-Processo nº 3.049/2006
Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal.
Assunto: Não encaminhamento da Secretaria Municipal de Construção e Infra-Estrutura de Maceió ao Vereador Marcos José Alves, de cópias de contratos, processo administrativos e outros documentos referentes a obras no Bairro de Santos Dumont, nesta Capital.
12-Processo nº 1.591/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação sobre os motivos da paralisação no ano de 2006, e pedido de intermediação nas negociações com a Prefeitura de Maceió.
13-Processo nº 1.333/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Análise da Denúncia da Prefeitura Comunitária dos Moradores da Zona Norte de Maceió sobre o descumprimento da Prefeitura de Maceió à Lei Municipal nº 5.131/2000.
14-Processo - PROESDEC nº 021/2005
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor.
Assunto: Análise de denúncias contra ENGETEC, pelo fato desta não ter entregue apartamentos do Edifício Monte Carlo, após a total quitação pelos compradores.
15-Processo nº 595/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada do Controle Externo da Atividade Policial e Investigações Especiais.
Assunto: Tortura e maus tratos cometidos em desfavor de Edson Ricardo Scavuzzi de Carvalho.
16-Processo nº 2.093/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Possível improbidade administrativa cometida pelo Procurador municipal Sérgio Luiz Nepomuceno, quando, numa lide judicial, patrocinou as duas partes.
17-Processo nº 2.236/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Comunicação da Procuradoria Geral do Município de Maceió sobre inúmeros convênios firmados entre o Município de Maceió e empresas particulares.
18-Processo nº 3.392/2006
Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal.
Assunto: Não encaminhamento da Secretaria Municipal de Construção e Infra-Estrutura de Maceió ao Vereador Marcos José Alves, de cópia do processo administrativo referentes a obras e serviços realizados na área portuária de Maceió.
19-Processo nº 807/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Análise de denúncia de Stevesson de Carvalho Torres sobre o aumento possivelmente abusivo da Taxa de Licença e Fiscalização para Localização.
20-Processo nº 1.651/2006
Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Municipal.
Assunto: Não encaminhamento da Secretaria Municipal de Educação ao Vereador Marcos José Alves, de cópia de documentos referentes a utilização dos recursos financeiros destinados a esta secretaria.
21-Processo nº 2.322/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Análise de auditoria realizada na Secretaria Municipal de Saúde, no que tange à implementação do Programa de Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais.
22-Processo nº 1.414/2006
Origem: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar.
Assunto: Análise de denúncia do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Alagoas sobre o não pagamento do adicional de insalubridade pelo Município de Palestina aos seus agentes de saúde.
23-Processo nº 1.179/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Possíveis ocorrências de improbidade administrativa, irregularidades na contratação de pessoal e suposta ocorrência de apropriação indébita previdenciária por parte do Município de Maceió.

24-Processo nº 3.395/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Análise de denúncia de Adriano L. A. Silva sobre eventual irregularidade na construção realizada em terreno público.
25-Processo nº 359/2005
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Criminal de Atribuição não Privativa.
Assunto: Análise de denúncia do Juízo da Comarca de Olho d'água das Flores sobre possível crime contra a fé pública cometido por Jacqueline Silva dos Anjos Me.
26-Processo nº 3.121/2006
Origem: Promotoria de Justiça de Paulo Jacinto.
Assunto: Análise de denúncia sobre irregularidades na contratação e manutenção de servidores do Município de Paulo Jacinto no ano de 2004.
27-Processo nº 2.799/2005
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor.
Assunto: Análise de representação de Rainer Wendell M. Barros sobre possíveis irregularidades no sistema de recadastramento da Associação dos Transportadores de Passageiros do Estado de Alagoas - TRANSPAL.
28-Processo nº 688/2004
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Análise de representação dos moradores da Travessa Calabar, Bairro do Prado, nesta Capital, pedindo o fechamento do Bar Kayannoz.
29-Processo nº 2.090/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor da Capital.
Assunto: Análise de procedimento da Agência Nacional do Petróleo sobre infrações de posto de combustível nesta Capital.
30-Processo nº 1.913/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Representação da Prefeitura Comunitária do Complexo Benedito Bentes com o objetivo de compelir a Prefeitura de Maceió a dotar o Benedito Bentes de infra-estrutura.
31-Processo nº 503/2007
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal.
Assunto: Análise da representação da Comissão Gestora do Edifício Charles Garnier encaminhada ao CREA/AL, para realização de perícia nas obras do Edifício Cartier Bresson.
32-Processo nº 3.393/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Não encaminhamento da Secretaria Municipal de Construção e Infra-Estrutura ao Vereador Marcos José Alves, de cópia de documentos referentes a construção de uma Vila Olímpica nesta Capital.
33-Processo nº 1.284/2006
Origem: Promotoria de Justiça Coletiva da Fazenda Pública Municipal da Capital.
Assunto: Análise de denúncia do Vereador Marcos José Alves sobre eventuais irregularidades na construção do Posto de Saúde Modelo João Paulo II, no Bairro de Jacintinho, nesta Capital.

Cumprir informar que os autos dos processos acima listados estão à disposição dos interessados para, querendo, impugnar o processo de interesse, no prazo de 10 dias, apresentando razões escritas ou documentos, conforme o comando do artigo 172 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

Sala Doutor Joubert Câmara Scala, em Maceió, 09 de novembro de 2007.

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do CSMP

PROCOLO GERAL

AO(S) 08º DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROCOLO, ENCAMINHOU APÓS AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.2833 / 2007
Interessado:
59º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO
Assunto:
REQ. DOAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2834 / 2007
Interessado:
DIRETORIA DE INFORMÁTICA
Assunto:
REQUERENDO AUTORIZAÇÃO PARA COMPRA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2835 / 2007
Interessado:
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Assunto:
COMUNICANDO AO PROCURADOR GERAL
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2836 / 2007
Interessado:
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Assunto:
REQUERENDO AUTORIZAÇÃO PARA COMPRA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2837 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE J. COLETIVA E. DE DEFESA DO M. AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
REQUERENDO PUBLICAÇÃO DE PORTARIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2838 / 2007
Interessado:
DR. MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO,
PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO DIÁRIA(S)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2839 / 2007
Interessado:
DR. MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO,
PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO DIÁRIA(S)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2840 / 2007
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA E. DE DEFESA DO M. AMBIENTE DA CAPITAL
Assunto:
ENCAM. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Remetido para:
CONSELHO SUPERIOR DO MP

Proc.2841 / 2007
Interessado:
LUCAS BARROS PITUBA DE CARVALHO, FUNCIONÁRIO DESTA PGJ
Assunto:
ENCAMINHANDO DENÚNCIA
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2842 / 2007
Interessado:
DR. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO DIÁRIA(S)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROCOLO GERAL

AO(S) '09' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc.2843 / 2007
Interessado:
DR. JORGE LUIZ BEZERRA DA SILVA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO DIÁRIA(S)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2844 / 2007
Interessado:
DR. MAGNO ALEXANDRE F. MOURA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQ. PROVIDENCIAS
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2845 / 2007
Interessado:
DR. MAGNO ALEXANDRE F. MOURA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO DIÁRIA(S)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2846 / 2007
Interessado:
DR. NAPOLEÃO JOSÉ C. C. DE M. A. FRANCO, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Assunto:
REQUERENDO DIÁRIA(S)
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc.2847 / 2007
Interessado:
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
Assunto:
COMUNICANDO AO PROCURADOR GERAL
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

LUIZ JOSE DE MELO FALCAO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROCOLO GERAL

AO(S) '08' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROCOLO, PROMOVEU A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2007.002427-6
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :

MUNICIPIO DE MACEIO
APEDO :
VANIA MARCELLE COSTA SILVA
Entrada :17/10/2007 Retirada :18/10/2007
Devolução :8/11/2007 Saidap/ TJ 8/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 17/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

1ª CAMARA CIVEL

2007.002667-2
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS
APEDO :
JOSEFA ALBUQUERQUE DA ROCHA
Entrada :8/11/2007 Retirada :8/11/2007
Devolução :8/11/2007 Saidap/ TJ 8/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2007.001746-0
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA (SEC) CAPITAL
SUSCITE :
JUIZ DE DIREITO DA 16ª VARA CIVEL DA CAPITAL
SUSCIDO :
JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA CIVEL DA CAPITAL
Entrada :16/10/2007 Retirada :17/10/2007
Devolução :8/11/2007 Saidap/ TJ 8/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 16/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2007.002506-5
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL
CAPITAL
PACIENTE :
JOSE LUIZ LIMA DA SILVA
:
Entrada :31/10/2007 Retirada :1/11/2007
Devolução :8/11/2007 Saidap/ TJ 8/11/2007

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 31/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

DIEGO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROCOLO GERAL

AO(S) '08' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, APÓS AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

CAMARA CRIMINAL

2007.002509-6
APELAÇÃO CRIMINAL
PARIPUEIRA
APETE :
JOSE CICERO DO NASCIMENTO
APEDO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :29/10/2007 Retirada :8/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 29/10/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DILMAR LOPES CAMERINO

DIEGO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

PROCOLO GERAL

AO(S) '09' DIA(S) DO MÊS DE NOVEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DESTE SETOR DE PROCOLO, PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA, ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2007.000362-9
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
T.C.
AGRADO :
R. T. REP. P/MãE V. T.
Entrada :8/11/2007 Retirada :9/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2007.002367-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
MUNICIPIO DE MACEIÓ
AGRADO :
GUEDES NOGUEIRA - ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÕES
LTDA

Entrada :8/11/2007 Retirada :9/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2007.002122-5
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
M. G. B. F.
AGRADO :
A. DE A. C. G. B.
Entrada :8/11/2007 Retirada :9/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2007.002620-1
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
CLÁUDIO HUMBERTO DE OLIVEIRA ROSA E SILVA
Entrada :8/11/2007 Retirada :9/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

CAMARA CRIMINAL

2007.002631-1
RECURSO CRIME
RIO LARGO
RECORRTE :
ERIVALDO DA SILVA E OUTROS
RECORRDO :
MINISTÉRIO PÚBLICO
Entrada :8/11/2007 Retirada :9/11/2007
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 8/11/2007
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA NETO

DIEGO
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)